



## SUMÁRIO EXECUTIVO

# ESTUDO DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS DA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EXECUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Brasília, julho de 2011

## Sumário Executivo

---

# ESTUDO DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS DA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EXECUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

## 1. Apresentação

O objetivo principal do Estudo de Competências Básicas da Formação de Profissionais que atuam na Execução e Implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi levantar, descrever e analisar os conteúdos, as disciplinas e as formações ofertadas nos cursos de graduação destes técnicos. Assim, tornou-se necessário avaliar os parâmetros compreendidos na formação nas áreas de Psicologia, Direito, Serviço Social e Pedagogia com teores e competências necessários para o fortalecimento do SUAS, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento dos conteúdos lecionados pelas instituições que formam tais profissionais.

O estudo foi realizado entre setembro de 2010 e março de 2011 por quatro consultoras, sendo uma para cada área acadêmica analisada: Psicologia, Serviço Social, Direito e Pedagogia.

2. A Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) previu a construção da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH-SUAS) e dentre seus princípios norteadores destacam-se: conhecer os profissionais que atuam na Assistência Social, caracterizando suas expectativas de formação e capacitação para a construção do SUAS; vislumbrar o desafio proposto, para esses profissionais, a partir dos compromissos dos entes federados com os princípios e diretrizes da universalidade, equidade, descentralização político-administrativa, intersetorialidade e participação da população.

Considerando que uma das responsabilidades e atribuições do gestor federal para atuação no âmbito do SUAS é elaborar quadro de necessidades de trabalhadores para a manutenção dos serviços, programas, projetos e benefícios, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), propõe a construção de uma pesquisa nacional para estudo de competências básicas de capacitação, perfil e estratégia de capacitação para profissionais de assistência social.

O MDS arrolou as principais profissões relacionadas à execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), baseado na grade curricular, conteúdo e compe-

tências dos profissionais da área do Direito, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social. A prévia análise demonstrou que existe hoje no Brasil um total de 4.539 Instituições de Ensino Superior (IES) com as principais formações vinculadas à Assistência Social, sendo 1.117 de Direito, 2.509 de Pedagogia, 570 de Psicologia e 343 de Serviço Social.

Este estudo justificou-se, portanto, pela necessidade de o MDS realizar o apropriado acompanhamento da formação dos profissionais que atuam na implementação da PNAS, com o objetivo de aperfeiçoar os conteúdos ofertados e aproximá-los dos conteúdos presentes na política de assistência.

### 3. Metodologia utilizada

A definição da abrangência do estudo percorreu duas etapas. Na primeira etapa, de definição do universo, foi realizado um mapeamento das IES em relação ao perfil, localização, origem por estado, por região, privada ou pública: com fins lucrativos e sem fins lucrativos, a partir de tabela disponibilizada pelo MDS. A principal fonte de consulta foi a base de dados do Ministério da Educação (MEC). Destarte, a amostra foi composta apenas das Instituições de Ensino credenciadas pelo MEC na modalidade presencial.

A pesquisa documental constituiu a base de dados para o desenvolvimento da análise dos currículos e das ementas contidas no Projeto Pedagógico das IES que ofertam graduação em Psicologia, Direito, Serviço Social e Pedagogia. Na segunda etapa, a estratégia metodológica utilizada foi o Estudo de Caso. A escolha da amostra para a realização do estudo levou em conta os seguintes fatores:

1. tipo de pesquisa;
2. acessibilidade às fontes de consulta;
3. representatividade necessária mediante os objetivos da pesquisa;
4. disponibilidade de tempo para execução do estudo.

Diante de tais fatores, utilizou-se dos conceitos de amostras não aleatórias ou não probabilísticas e amostras por julgamento (BABBIE, 1999). A amostra não probabilística ou não aleatória é aquela que a seleção dos elementos para compô-la depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. Não há nenhuma chance conhecida de que um elemento qualquer venha a fazer parte da amostra. Por sua vez, o conceito de amostra por julgamento trata da escolha pelo pesquisador dos elementos que representarão de forma consistente as características do objeto em estudo. Assim, foram selecionados casos típicos das IES da pesquisa que seriam “representativos” desta. Outros dois fatores que se tornaram decisivos para a escolha de tipo de amostragem foram a conveniê-

cia e rapidez para definição da amostra, contudo, por depender do julgamento do pesquisador. Esta opção metodológica deve-se ao fato de que, para atingir os objetivos de pesquisa, em curto prazo e dentro das condições de acesso aos documentos, julga-se necessário selecionar IES de distintas natureza e organização acadêmica, e aquelas que têm promovido debates e reflexões na área da Assistência Social nas distintas regiões do país.

## 4. Resultados da Pesquisa

Para facilitar a leitura das informações, os resultados da pesquisa foram divididos nas áreas acadêmicas analisadas: Psicologia, Serviço Social, Direito e Pedagogia.

### 4.1 Psicologia

#### 4.1.1 O curso de Psicologia

- ◆ Instituições de Ensino Superior de Psicologia encontram-se em um momento de transição, com mudanças de disciplinas, adequação às Diretrizes Curriculares, definidas pelo Ministério da Educação; mudanças no papel dos profissionais psicólogos que deixam de atuar exclusivamente no âmbito clínico e se lançam para novos contextos institucionais, de questionamentos, de reflexões e de muita motivação para a mudança.
- ◆ A reflexão sobre o saber-agir da Psicologia, rompendo com os modelos individualizantes e clínico, como uma forma de atender as demandas de trabalho que vem ocorrendo, faz com que os cursos de graduação estejam atentos a este novo mercado de atuação das políticas públicas, considerando além do estatal.

#### 4.1.2 Interdisciplinaridade

- ◆ A compartimentalização dos saberes apresenta-se nos Projetos Pedagógicos e nas matrizes curriculares pesquisadas. A interdisciplinaridade aparece no discurso, mas não está materializada nas conexões entre as disciplinas e as habilidades. Esta articulação demanda atitudes integrativas. ofertado qualquer capacitação específica às suas equipes.

#### 4.1.3 Psicologia e políticas sociais

- ◆ Há pouca clareza em relação à identidade, aos papéis profissionais e ao campo de atuação de cada operador social. As universidades devem preocupar-se em constituir, em todos os tipos de formação, o entendimento e a crítica ao modo como a sociedade está organizada, a construção de saberes para uma política de compromisso social.

- ♦ Não há por parte das IES uma tomada de consciência em relação ao papel transformador das políticas públicas. Elas aparecem em disciplinas isoladas e fazem parte dos objetivos individuais de determinados docentes e não estão presentes de forma ampliada na instituição e de forma sustentável.
- ♦ As equipes docentes desenvolvem ações em situações de risco e de vulnerabilidade, mas não se apropriaram das Normas Operacionais, das Resoluções, das Políticas Sociais, dos Sistemas de Garantias existentes. Muitas não estão familiarizadas com estes documentos.

## 4.2 Pedagogia

### 4.2.1 O curso de Pedagogia

- ♦ A maior parte das disciplinas oferecidas pelos cursos analisados consiste na dimensão do conhecimento teórico, ou seja, os estudantes dos cursos de Pedagogia recebem um grande número de informações teóricas sobre os direitos à educação, especialmente à educação infantil; direitos à educação inclusiva; direitos à cidadania e sobre as políticas públicas educacionais e diversidade.

### 4.2.2 Educação especial ou educação inclusiva de pessoas com deficiência

- ♦ Em todas as Instituições de Ensino Superior pesquisadas, a grade curricular do curso de Pedagogia apresentou disciplinas relacionadas ao processo de educação especial, que trata da inclusão das pessoas com deficiência, até por ser uma exigência legal.
- ♦ A proposta pedagógica da educação especial passa pela oferta de oportunidades de aprendizagem diversificadas para os alunos. Nos cursos de Pedagogia analisados, a educação especial e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) são tratadas como disciplinas relacionadas ao direito de inclusão, cujas ementas abrangem o estudo dos conceitos básicos relacionados ao direito dos deficientes físicos à educação. Entretanto, os currículos dos cursos de Pedagogia investigados ainda estão calcados na perspectiva da normalidade e que considera o educando padrão, uma vez que as temáticas do sujeito com deficiência, o sujeito na diversidade, o paradigma da inclusão ficam restritos a basicamente uma única disciplina que nem sempre é obrigatória. Para que os cursos de Pedagogia possam ensinar aos professores como tratar a diversidade de seus alunos mais vulneráveis com responsabilidade e competência, tal como apregoa a PNAS, talvez seja necessário uma estrutura curricular diferenciada com maior carga horária de disciplinas e estágios para tratar do tema.

#### 4.2.3 Os direitos das crianças e a educação infantil

- ♦ Nos cursos de graduação pesquisados, observou-se, em maior ou menor grau, uma grande preocupação com a temática da formação de professores de Educação Infantil de 0 a 6 anos. Em todos eles existe a disciplina obrigatória Educação Infantil, na qual a questão dos direitos da criança vem sendo discutida juntamente com os temas da pedagogia infantil.
- ♦ De modo geral, os conteúdos curriculares de todas as IES analisadas preparam o pedagogo para realizar as funções de educar e cuidar, seja em serviços socioassistenciais ou não, corroborando, dessa forma, o segundo pressuposto elaborado para a pesquisa.

#### 4.2.4 A Educação Social

- ♦ O conceito de educação social está indissociavelmente vinculado ao conceito de exclusão. A educação social não nega a função específica da escola, mas concebe a educação para além dos conteúdos transmitidos pela escola e como um espaço educativo qualificado de vida para crianças e adolescentes colocados socialmente em situação de risco. O trabalho do educador social está voltado para aqueles que não estão inseridos nas instituições educacionais mais regulares, tais como a família e a escola. Assim, justifica-se o acréscimo de social à educação. Essa modalidade de educação exige um educador com uma formação em nível superior, porém mais ampla e diferenciada da que é oferecida pelo curso de Pedagogia aos professores que irão trabalhar com ensino regular.
- ♦ Apenas uma das IES analisadas oferece a área complementar de Educação Social no curso de Pedagogia. Os demais oferecem cursos de Educação ou Pedagogia em espaços não escolares de ensino, tema que mais se aproxima da educação social e das atividades da Assistência Social.

#### 4.2.5 Existência de um núcleo de professores com atuação em atividades sociais

- ♦ A presença no corpo docente dos cursos de Pedagogia de professores com vivência em serviços sociais ou com atuação política junto a grupos sociais vulneráveis torna-se um diferencial na formação do pedagogo. A análise das informações coletadas nos estudos de caso indicou que, quando existe um professor ou um grupo de professores no curso de Pedagogia que já atuaram ou ainda atuam junto a comunidades carentes ou grupos socialmente vulneráveis, eles transportam essa prática para suas disciplinas, seminários ou estágios no interior do matriz curricular. O resultado é que, dependendo da coesão e da consistência teórica do grupo, ele pode influenciar a delimitação das áreas de concentração do curso de Pedagogia, orientando-o para um maior engajamento com práticas sociais.

### 4.3 Direito

#### 4.3.1 Instituições públicas x instituições privadas

- ♦ A pesquisa presencial corroborou que as IES públicas são mais lentas à assimilação das novas Diretrizes do Ministério de Educação e Cultura, apresentando ainda matrizes curriculares muito tradicionais, avessas aos novos direitos sociais.

#### 4.3.2 Direito e políticas sociais

- ♦ Todas as Instituições de Ensino Superior pesquisadas presencialmente contextualizam em sua matriz curricular a disciplina: Direito da Seguridade Social ou Direito Previdenciário, seja como matéria obrigatória ou optativa, assim como uma gama razoável de disciplinas compatíveis às competências dos recursos humanos à Assistência Social.
- ♦ Em relação às IES com fins lucrativos, as novas disciplinas que traduzem os novos direitos e que contextualizam um maior envolvimento social por parte do aplicador do direito pouco são abordadas, tendo em vista as exigências mínimas da carga horária para disciplinas: básicas, profissionalizantes e práticas, assim como da exigência para uma carga horária total mínima dos cursos de Direito em três mil e setecentas horas aula (3.700 h/a), como determina o Parecer CNE/CES 08/2004.
- ♦ De forma geral, os cursos de Direito vivenciam os novos paradigmas sociais na contextualização de seus Projetos Pedagógicos, nas abordagens de ensino, pesquisa e extensão, e o quanto estão afinados com as novas realidades, sejam essas Instituições de Ensino Superior públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.

### 4.4 Serviço Social

#### 4.4.1 Serviço Social e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

- ♦ As competências do assistente social são abordadas dentro dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) e matrizes curriculares. Os princípios e diretrizes da PNAS são trabalhados em diferentes momentos dos cursos de Serviço Social. Os diferentes PCCs consideram o SUAS como um campo de atuação dos profissionais de Serviço Social, em que foram observadas diversas expectativas postas pela Tipificação dos Serviços.
- ♦ No entanto, algumas dimensões importantes para o trabalho do assistente social no SUAS são trabalhadas exclusivamente em disciplinas e espaços optativos (como, por exemplo, grupos de pesquisa) e nos estágios, sabendo que nem sempre as diversas oportunidades opcionais são aproveitadas e que os estágios podem ser vividos em diferentes frentes de atuação do Serviço Social.

#### 4.4.2 A Dinâmica do SUAS

- ♦ O manuseio de banco de dados, a elaboração de protocolos de acompanhamento e monitoramento, a elaboração de diagnósticos socioeconômicos, bem como métodos de avaliação e monitoramento do trabalho dentro do SUAS são as dimensões que apresentam maior fragilidade, sendo também delicadas no que diz respeito à avaliação, intervenção e monitoramento do trabalho social com famílias, indivíduos e comunidades.

#### 4.4.3 Serviço Social e políticas sociais

- ♦ A ausência aparente de espaços de debate e reflexão a respeito da dimensão dos direitos humanos e sociais no apoio direto (encaminhamentos, orientação e provisão de benefícios eventuais) é outro ponto que chama a atenção. Tal ausência deveria ser transposta com dinâmicas de reflexão significativa dentro das formações capazes de provocar mudanças do real.

## 5. Considerações Finais

O estudo realizado apresentou algumas limitações que podem ser aperfeiçoadas. Por exemplo, os resultados estariam mais completos se cruzados com pesquisas que busquem conhecer quem são os discentes dos cursos, assim como a capacidade técnica já instalada no SUAS. A realização de survey que objetivasse compreender a visão dos usuários e usuárias do SUAS em relação aos profissionais deste setor agregaria novas variáveis de análise neste trabalho.

No que tange às sugestões, cinco pontos podem ser destacados. Primeiramente, sugere-se que se reforcem, tanto quanto possível, os conhecimentos relativos à análise de bancos de dados e à elaboração de diagnóstico socioeconômicos que deem conta de compreender territórios e populações dentro do SUAS. Seguindo esta linha, a também sugestão de reforço dos conteúdos que trabalhem indicadores e formas de monitoramento.

Um segundo ponto ressalta que os conteúdos voltados ao trabalho direto com famílias, indivíduos e comunidades, dentro da perspectiva de centralidade na família, precisam ganhar mais espaços, a fim de promover a reflexão, a apreensão de metodologias e oportunidades de experimentá-las. Dentro da mesma lógica, também se precisa oferecer espaços para conhecer e desenvolver habilidades para trabalhar com as diferentes problemáticas que afligem indivíduos, famílias e comunidades (violência, abusos, conflito com a lei, abandono etc.)

Ademais, a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, mesmo aparecendo como dimensões trabalhadas dentro dos cursos, merecem uma atenção especial, principalmente no que diz respeito às conexões e ao trabalho em conjunto (protocolos e fluxos de atenção).

Um quarto ponto sugere a importância de se elaborar um Plano de Ação para disseminação da Política de Assistência Social de forma continuada e descentralizada por parte dos municípios, com a distribuição de materiais, realização de Encontros Regionais, para informar e capacitar sobre o SUAS, dentro das Universidades. Se possível, utilizar a Educação a Distância (EAD) para divulgar a Política Social e para promover a expansão do acesso das IES às Políticas Sociais.

Por fim, destaca-se a necessidade de preparação de um Itinerário Formativo com os eixos estruturantes e as diretrizes da PNAS, que deverá ser disponibilizado às IES para auxiliar na elaboração dos Projetos Pedagógicos, das matrizes curriculares, nas disciplinas e nas bibliografias.

## 6. Bibliografia

BABBIE, E. Métodos de Pesquisa de Survey. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)>. Acesso em: 21 jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração. 1. ed. Brasília: MDS; Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: SAGI; UNESCO, 2009.

**Execução da pesquisa**

**Consultores de contrato PNUD:**

Gabriela Noemi Schreiner

Lígia Rosa de Rezende Pimenta

Niura Silva Betim

Regina Conrado Melo

**Unidade Responsável**

**Secretário de Avaliação e Gestão da Informação**

Paulo de Martino Jannuzzi

**Diretora de Formação e Disseminação**

Monica Rodrigues

**Coordenadora-Geral de Formação de Agentes Públicos e Sociais**

Ana Maria de Oliveira

**Equipe da Coordenação de Formação**

Antônio Santos Barbosa de Castro

Fernanda Teixeira Reis

Janine Cardoso Mourão dos Santos

Maria do Socorro Coelho Ferreira

Tomás Nascimento

**Revisão**

Thaise Leandro

**Projeto Gráfico**

Clara Farias

**Diagramação**

Kátia Ozório

**Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 410

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1528

[www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi)